



**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL**

DATA: 16 de janeiro de 2018.

HORÁRIO: 14:30 horas.

L O C A L: Av. Venezuela nº 110 – 2º andar – Saúde – Rio de Janeiro.

A G E N D A – 853ª REUNIÃO.

1. PROCESSO E-07/201.491/2001 – MINERAÇÃO PREMIER LTDA.

Trata-se de solicitação da aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012, que dispõe sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil. O processo se refere ao requerimento de Licença Prévia e de Instalação – LPI para extração de argila em cava seca, localizada no Sítio Basílio, Zona Rural do 3º distrito do município de Rio Bonito.

2. PROCESSO E-07/002.11353/2017 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA.

Trata-se de solicitação da aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012, que dispõe sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil. O processo se refere ao requerimento de Licença Prévia e de Instalação – LPI para extração de saibro em morrote, localizada na Fazenda Santa Cecília, situada na Estrada Pádua-Miracema km 224 (RJ-116), Trajano, 1º distrito do município de Santo Antônio de Pádua.

3. PROCESSO E-07/002.5247/2017 – GEOVANI FREITAS DE OLIVEIRA – ME.

Trata-se de solicitação da aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012, que dispõe sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil. O processo se refere ao requerimento de Licença Prévia e de Instalação – LPI para extração de areia fluvial no leito do Rio Grande, localizada no Sítio Rio Grande – Rodovia RJ-148 km 10, Riograndina, município de Nova Friburgo.

4. PROCESSO E-07/002.853/2016 – ROCHEDO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.

Trata-se de solicitação da aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012, que dispõe sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil. O processo se refere ao requerimento de Licença Prévia e de Instalação – LPI para extração de areia em cava seca, localizada no Sítio Poça d'Anta, município de Bom Jesus de Itabapoana.

5. PROCESSO E-07/002.15749/2014 – CERÂMICA CASTELÃO DE MIRACEMA LTDA.

Trata-se de solicitação da aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012, que dispõe sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil. O processo se refere ao requerimento de Licença Prévia e de Instalação – LPI para extração de argila em cava seca, localizada no Sítio Floresta, Estrada Miracema- Campelo, município de Miracema.

6. PROCESSO E-07/002.4097/2017 – SÃO JOSÉ EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS LTDA.

Trata-se de solicitação da aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012, que dispõe sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil. O processo se refere ao requerimento de Licença Prévia e de Instalação – LPI para extração de areia em cava submersa e areia/areola e argila em cava seca, localizada no Sítio Chavão, Nova Cidade, Zona Rural do 2º distrito do município de Rio Bonito.

7. PROCESSO E-07/002.7610/2015 – J. L. CUNHA COMPANATI – ME.

Trata-se de solicitação da aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012, que dispõe sobre critérios gerais para o licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil. O processo se refere ao requerimento de Licença de Instalação – LI para extração de saibro na Fazenda Santa Terezinha, localizada na Estrada Hildebrando Alves Barbosa km 6,5, Imbuuro, município de Macaé.

8. PROCESSO E-07/002.13519/2017 – COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL.

Trata-se de recurso interposto à Deliberação CECA nº 6.141, de 07/12/2017, que referenda a Notificação objeto do Ofício SEA/CECA/INEA nº 002/2017, de 30/11/2017, e expede Autorização Ambiental.

9. ASSUNTOS GERAIS.